

Jovens negras da periferia e aposta na democracia

Cláudia Maria Perrone
Juliana Martins Costa Rancich
Gabriela Gomes da Silva
Flávia Tridapalli Buechler

Introdução

O nome do nosso evento, “A clínica psicanalítica com adolescentes e sua geopolítica”,¹ propõe como primeira categoria analítica, na sua relação com a psicanálise, a geopolítica. Termo que nos remete às complexidades da psicanálise na América Latina que não necessariamente coincidem com as grandes narrativas psicanalíticas. Trata-se da ação interpretativa dos psicanalistas brasileiros sobre uma psicanálise descolonizada e atenta às questões urgentes que assombram as terras colonizadas. Essas questões vão da violência à melancolia, às políticas de morte e ao luto impossível pelos desaparecidos em função da repressão do Estado. Uma perspectiva regional, interseccional e transnacional exige uma confrontação crítica com a historicização dos nossos conceitos, amálgama de significantes do colonizador e do colonizado. Desse modo, nossa tarefa torna-se mais árdua, pois a divisão entre centro e periferia, colonizadores e colonizados, não coincide com a perspectiva emancipatória que a psicanálise assume por meio de sua ética. Transformar nosso discurso crítico com a geopolítica e a interseccionalidade de raça, classe e gênero, como foi proposto para o nosso trabalho, significa amplitude para lidar com as formas de sofrimento e com novas formas imaginativas do em-comum, para uma política do em-comum.

1 Colóquio internacional realizado em outubro de 2022.

Vivemos uma mudança cultural, uma mutação da política brasileira com a emergência de formas de violência próprias de regimes de extrema-direita, com a concomitante ameaça de restauração do autoritarismo, travestido de utopia regressiva do passado como um lugar seguro, idílico e totalmente fictício. Ouvimos o discurso da civilização contra a barbárie, com ressonâncias psicanalíticas, sem recuperar de forma devida o caráter contraditório de civilização no Brasil, que produziu violências insustentáveis até o presente. A nossa barbárie é produto do nosso processo civilizatório, ainda em vias de se estabelecer. Um dos pilares do processo civilizatório nacional foi o genocídio dos povos originários e dos negros.

O contexto histórico de dominação e hierarquização no território brasileiro é a via interpretativa para pensarmos a adolescência. A passagem adolescente é uma travessia na qual cada jovem precisa inventar uma saída na sua reescritura das ficções constitutivas da relação Sujeito-Outro. O adolescente lança novamente seus dados diante da herança recebida e tem a possibilidade de reinventar um lugar para si no laço social construindo as suas questões ou, como Lacan (2003) definiu, situando-se “a partir do Um-entre-outros, ao incluir-se entre seus semelhantes” (p. 558). Entendemos que a interseccionalidade entre gênero, raça e classe nos remete, entre outras questões, à historização do laço social diante da forte pressão neoliberal para a individualização das posições subjetivas ou pela fascinação em privilegiar marcadores sociais de índole imaginária. Nesse tempo do agora, é de extrema importância uma perspectiva de potência das nossas jovens periféricas, enquanto a maioria das pesquisas acadêmicas sobre a periferia trata da violência e das carências e poucas produções buscam a heterogeneidade das suas adolescências. Queremos falar de jovens negras, feministas e periféricas e o seu despertar para a política nas suas comunidades, sinalizando, desde

já, que entendemos as mulheres como uma classe entre as classes sociais (Lazzarato, 2022). Buscamos captar um breve momento do processo histórico de mudança social no qual jovens periféricas são sujeitas² que contam suas histórias, acessam espaços sociais e formulam um projeto de sociedade, operando politicamente para isso.

O problema das políticas que governam a nossa época instala-se exatamente no sufocamento dos espaços de fala e visibilidade para os corpos femininos, negros e periféricos (Butler, 2019; Segato, 2012). É questionável qualquer possibilidade de caracterizar o laço social atual como um espaço democrático para todos. A tradição filosófica compreende a política desde a institucionalização das instâncias de poder que pensam e atuam sobre a vida na *polis*, a vida do Um-entre-outros, mas isso nunca foi a garantia de espaços de fala e visibilidade para todos os sujeitos e territórios, pois não são quaisquer corpos que ocupam os lugares de representatividade desse poder se considerarmos a lógica colonial que fundamenta o projeto civilizatório na história do nosso país.

O despertar para a política: da quebrada para a quebrada

Após as Jornadas de Junho de 2013 e a ascensão da extrema-direita no país, os jovens das periferias sentiram a impossibilidade de participar das formas clássicas do fazer político. Em 2020, 27% das mulheres se declararam negras no Brasil. No entanto, nesse mesmo ano, apenas 3% das prefeituras brasileiras eram dirigidas por

2 N.E.: embora não seja reconhecido pela gramática normativa, optamos por preservar as ocorrências do termo “sujeitas” – bem como as dos termos “sujeitos” e “amigues”, mais adiante no texto – como marca discursiva das autoras.

mulheres negras; nas câmaras municipais elas eram somente 5% das pessoas eleitas; no Congresso Nacional, 2%; e na Câmara dos Deputados apenas 1%.³ A representação na política institucional é limitada, primeiramente, devido à desigualdade social, mas também em função da forma de organização e jogos de poder dos partidos políticos. Mas, o aumento do protagonismo das mulheres e jovens negras já prenuncia o que está por vir. São mulheres que organizam pautas políticas de comunidades, narrativas de várias gerações que desdobram experiências coloniais da persistência das desigualdades sociais, do racismo e do patriarcado estrutural, associadas ao potente legado da ancestralidade.

Muitos jovens se aproximaram de coletivos culturais como expressão dos seus ideais e ideias, que adquiriram as características de um movimento social. Seu fazer político está relacionado com suas experiências cotidianas de “estar no mundo” para lutar pela mudança das relações sociais através da arte, principalmente da música. Não por acaso, a cultura e os projetos culturais foram duramente atacados no governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro. Arte e produção de vida são a matéria-prima dos jovens, e estar na cultura da periferia é tomar partido, assumir e compartilhar uma luta.

Rassial (1999) entende que a adolescência se inscreve na história, é o momento em que o mal-estar individual se soma ao mal-estar na cultura, na medida em que põe em causa o laço social como princípio constitutivo da sociedade. O psicanalista afirma ainda:

[...] o conceito de adolescência tem somente validade, além de sua definição como noção de período de afecção

3 Dados de Andréa Lopes da Costa, “Gerações em diálogos, mulheres negras em resistência” (2021).

imaginária do Eu, sob o efeito desse golpe do real que seria a puberdade, se se pode isolar um momento lógico de efetuação de uma operação simbólica, com um peso tal que a estrutura subjetiva, além da imagem egóica, seja posta em causa por seu efeito ou por sua ausência, ou ainda por sua suspensão (Rassial, 1997, p. 187).

Podemos equivocarnos a citação de Rassial (1997) e pensar que é preciso considerar que a juventude negra enfrentará na sua estrutura subjetiva as complexidades das marcas do “corpo negro”? Ainda é um desafio para a psicanálise trabalhar a origem e as formas de manutenção do racismo na sociedade brasileira, compreender os efeitos da herança colonial na subjetividade. Isildinha Baptista Nogueira problematiza o processo do corpo negro:

[...] no confuso processo por que passam os negros, ser sujeito no outro significa não ser o real do seu próprio corpo, que deve ser negado para que se possa ser o outro. Mas essa imagem de si forjada na relação com o outro – e no ideal da branquitude – não só não guarda nenhuma semelhança com o real de seu corpo próprio, mas é, por este, negada, estabelecendo-se aí uma confusão entre o real e o imaginário (Nogueira, 2021, p. 53).

Na adolescência, há uma reapropriação egóica do corpo, a necessidade de construção de novos ideais e a articulação do processo entre corpo, eu e o Outro social que é branco, como apontou Isildinha Baptista Nogueira (2021). Neusa Santos Souza (2022) destacou a importância da construção social coletiva e do trabalho de elaboração de cada negra e cada negro no laço social para que o negro possa se afirmar como Um. Esse seria o espaço do agir político na adolescência,

o tempo de o sujeito retomar sua história e sua herança. O agir político é exatamente o apropriar-se da própria história a partir da ação no seu território. Historicamente, no Brasil, muitas lutas e organizações ocorreram nos espaços de produção e reprodução da vida – quilombos, aldeias, favelas. Essa experiência territorial (de classe) é compreendida como o histórico genocídio perpetrado por meio de agentes estatais e paraestatais; por uma sociabilidade marcada pela precariedade e pela invenção; por táticas e estratégias organizativas e de resistência. Não cabe discutir se o principal é raça ou classe, porque discutir classe social no Brasil é colocar a preponderância no debate racial, do mesmo modo como há indissociabilidade da luta antipcapitalista, antipatriarcal e antirracista.

A política: experiências de três jovens negras

Nas suas *Teses sobre a História* (1985), Walter Benjamin propõe como narrativa dos vencidos um elemento perturbador: o retorno do que não aconteceu, o retorno da redenção perdida. A narrativa dos vencidos honra o individual e o coletivo, coaduna a ação de tomar posse de algo, mas também é da ordem da formação do sujeito que, ao conhecer, também se reconhece como conhecedor, como um agir efetivamente político. Ninguém sabe melhor o que é a periferia do que sujeitas, sujeitos e sujeites periféricos que são capazes e criadores de um “saber fazer com” (Alemán, 2010) apto a perscrutar a história vencida e ativá-la como criação política.

As mulheres negras estão onto-epistemologicamente aprisionadas em cenas de sujeição: seja no sistema penal, seja na condição de trabalhadoras sem direitos, seja como vítimas de violência. Nas memórias das jovens lideranças negras, já está presente a proposta de

ativar uma imaginação política capaz de torná-las sujeitas de seu próprio discurso que, no deslizar de relações, constrói e reconstrói sua identidade, não toda e não fixa (Gonzalez, 2020a). Elas apresentam pautas políticas de coletividades, narrativas de várias gerações e o legado da ancestralidade.

Débora e Bia, duas jovens líderes negras, entenderam que a participação nos espaços institucionais de poder é essencial para romper o lugar de silenciamento e apagamento designado às mulheres. Para tanto, um problema a ser superado é a baixa representatividade das mulheres na política. A lei que assegura 30% das candidaturas por gênero em cada partido não considera o recorte racial (Costa, 2021). A trajetória de Bia, por outro lado, deixa claro a necessidade de traduzir as condições de existência em luta política como projeto de comunidade voltado para a qualidade de vida e para a justiça social. Vamos acompanhar o percurso adolescente das lideranças negras e seu encontro com a política.⁴

Bia é uma jovem mulher que vive na zona norte do Rio de Janeiro. Na sua adolescência, estudou em um colégio militar e lembra “*que vivia em uma bolha e não sabia o que era política*”. Na convivência com amigos descobriu que em outras escolas existia o grêmio estudantil, que questionava os professores e a direção. Bia é fundadora da Girl Up Elza Soares (Girl Up é um movimento internacional da Fundação das Nações Unidas). Ela identificou a necessidade de fornecimento de absorventes higiênicos para as garotas e redigiu, em conjunto com o ex-deputado Renan Ferreirinha, um projeto de lei já sancionado

4 Os depoimentos de Bia e Débora fizeram parte do curso online Juventude e Movimentos Sociais, do Instituto Paul Singer, realizado em agosto de 2022. O depoimento de Bruna, concedido em 12 de agosto de 2022, foi realizado em comunicação pessoal com as pesquisadoras.

sobre a inclusão do item em cestas básicas em todo o estado do Rio de Janeiro (Projeto de Lei nº 8.924, de 2 de julho de 2020).⁵

Débora construiu um coletivo de mulheres no interior de São Paulo e é coreadora em um mandato coletivo (trata-se de um mandato compartilhado, isto é, com participação direta da sociedade nas tomadas de decisões de um político eleito). Como ela chegou na política?

Fui uma menina de projeto, cuidada pela quebrada. Participei de um projeto de dança, “Mexe com o corpo”. Eu já era um ser coletivo e isso é parte da minha sensibilidade política. Foi pelo racismo, pelo Movimento Negro que entrei na política (Débora, 2022).

Débora acrescenta que escolheu estudar em uma universidade federal e se preparou através de um cursinho do Movimento Negro: “O meu projeto político para o país é o projeto do Movimento Negro”.

Débora considera que ser cuidada pela quebrada

[...] é uma tecnologia, são laços comunitários. Mas isso não dá conta da morte da juventude negra, é como os países que estão em guerra. Tem valores democráticos na quebrada. É proibido mijar no entorno porque as minas e as monas são respeitadas. Mas o Estado tem que produzir menos dor e sofrimento, e isso é democracia. Tem que fortalecer espaços

5 Em 8 de março de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva promulgou o Decreto nº 11.432, que regulamenta e institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, determinando a distribuição gratuita de absorventes em farmácias populares para pessoas que menstruam que estejam matriculadas na rede pública de ensino, em situação de rua, em extrema vulnerabilidade social ou que se encontrem cumprindo medida prisional ou socioeducativa.

produzidos pela juventude e tem que saber que existe vida pensante nos territórios periféricos. Já estamos fazendo, mas precisamos ainda acabar com muitas coisas. Quando homem negro chega a ser adulto é porque foi muito desobediente, desobedeceu e ficou vivo. [E se ele obedecer?] Morre cedo (Débora, 2022).

Bruna é fundadora de um coletivo de mulheres negras. Como entrou na política?

Engravidei adolescente e não tinha posto de saúde onde morava, nem creche. Eu e todas as mães sem nada, sem creche. Comecei a organizar as mulheres. Fui militante do SUS. A primeira vitória é que conseguimos um postinho (Bruna, 2022).

Na última eleição, Bruna foi eleita uma das primeiras mulheres negras da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Bia, por sua vez, fala:

Preciso admitir que não sabia nada. As meninas não se viam próximas da política, com alguma voz. A aprendizagem do ensino médio não é completa. Mas tem que acreditar que o que a gente sabe é suficiente para ocupar a política. Não estamos no Twitter, estamos na vida real. Agora eu me vejo capaz de empoderar as meninas do núcleo. E para organizar as coisas, eu trago muito a minha própria história. Começamos a organizar rodas de autoestima, aulas de educação sexual para mães e para as meninas, sabe, o corpo. Não é autoestima mainstream, mas questões ligadas à igualdade de gênero. Daí veio a questão dos absorventes (Bia, 2022).

Essas três mulheres testemunham que a entrada na política implica a experiência do Real do corpo adolescente e da historização do laço social via o território. A hipótese de Verônica Gago mostra-se extremamente positiva ao definir que

[...] corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território (Gago, 2020, p. 107).

Evidencia-se com isso a relação de interdependência e defesa do comum como necessária para a existência da vida, relação de aliança que guarda uma força de potência transformativa, proporcional ao empenho a que as tecnologias neoliberais recorrem para sufocá-la. O corpo, nesses termos, amplia-se em uma rede para além dos limites da individualidade, tramando uma costura de afetos, trajetórias e memórias, em um movimento a contrapelo do esquecimento da história e da segregação dos sujeitos, ao mesmo tempo que indica caminhos para o surgimento de uma nova subjetividade política porque passível de um saber-fazer (Alemán, 2010) com as consequências de um Estado gerido por políticas de morte.

Na passagem adolescente das três jovens negras identificamos a historicização do laço social com a ruptura do tempo homogêneo e vazio descrito por Walter Benjamin (1985). No momento de decomposição do corpo social, do projeto protofascista brasileiro e de sua dinâmica político-afetiva que mais e mais tensiona o sofrimento contido em demandas sociais que não se realizam, o tempo presente das adolescências se transmuta em um ponto crítico de inflexão, gerador de rupturas, mínimas resistências do esperar. Não se trata do presente, da passagem de um “antes” e um “depois”, mas da concentração

extrema do tempo em que passado, presente e futuro coexistem e marcam uma interrupção para elaborar um conceito de história capaz de dar conta da condição de oprimidos. O passado dos vencidos – que por terem sido derrotados, não se atualizaram – está impregnado de presentes possíveis, que persistem. Para explodir o *continuum* do tempo é preciso utilizar o “material explosivo do presente”, que recoloca em jogo o passado e o futuro na heterogeneidade do tempo do agora. E nesse tempo, como escreveu Lélia Gonzalez

[a] memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, essa verdade que se estrutura como ficção (Gonzalez, 2020b, p. 78).

Sobre tempo, adolescência e as fraturas do país

A adolescência é marcada como um tempo e um lugar privilegiados na convergência entre passado e futuro para criar um novo sentido, uma resignificação. Como apresentamos, a adolescência das jovens líderes negras enlaça as lutas perdidas da “tradição dos oprimidos”, como designou Walter Benjamin (1985), isto é, trata-se do efeito retroativo que o presente tem sobre o passado e corresponde a uma reivindicação que o passado tem sobre o presente. Elas propõem uma politicidade de cunho feminino, adequada de outra história e outra tradição que não a patriarcal.

As mulheres negras foram despojadas do seu corpo, da sua voz, despojadas de sua politicidade. Em 1954, Jacques Lacan escreveu: “A história não é o passado. A história é o passado na medida em que é historicizado no presente – historicizado no presente porque foi

vivido no passado” (1983, p. 21). Em um sentido histórico-psicanalítico, o passado não está simplesmente desaparecido ou morto, mas é morto-vivo – e é por isso que assombra o presente como um pesadelo, como escreveu Karl Marx (2011). Marx utilizou a palavra *Alp* do alemão, um trasgo, uma figura que, na mitologia germânica, causa pesadelos quando se senta no peito da pessoa adormecida – *Alpträume*, literalmente “sonhos de trasgo”. Se transpusermos essa imagem para a cena da história coletiva e a lermos com Benjamin, podemos acrescentar que a “tradição de todas as gerações mortas” (Marx, 2011, p. 25) continuará assombrando o presente como um pesadelo, pois o modo morto de transmissibilidade reprime a “tradição do oprimido”. Mesmo que as experiências de todas as tradições oprimidas sejam apagadas e achatadas na representação linear da “história do vencedor”, o recalcado da história retornará deslocado à cena, em formas distorcidas – como espectros mortos-vivos do nosso presente.

As três lideranças negras rejeitam a noção dos vencedores e realizam um esforço radical de imaginação política para visibilizar o pensamento e as soluções para a criação do comum que é capaz de criar políticas de vida. Elas avançaram, desde sua adolescência, em serem mulheres negras como uma condição que não é dada pelo outro, mas na construção de sujeitas da própria história, que têm um projeto de nação. O tempo do agora de suas adolescências e suas criações no laço social interrogam toda a sociedade brasileira: por que queremos a democracia?

Referências

ALEMÁN, Jorge. **Para una izquierda lacaniana...**: intervenciones y textos. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2010.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. v. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 222-232.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

COSTA, Andréa Lopes da. Gerações em diálogos, mulheres negras em resistência. *In*: LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle (org.). **A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras**. São Paulo: Oralituras; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. p. 11-18.

GAGO, Verônica. Corpo-território: o corpo como campo de batalha. *In*: GAGO, Verônica (org.). **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020. p. 105-140.

GONZALEZ, Léila. A democracia racial: uma militância. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020a. p. 310-312.

GONZALEZ, Léila. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020b. p. 75-93.

LACAN, Jacques. Prefácio a O despertar da primavera. *In*: LACAN, Jacques. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

LAZZARATO, Maurizio. **O intolerável do presente, a urgência da revolução**: minorias e classes. São Paulo: n-1 Edições, 2022.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente**: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021.

RASSIAL, Jean-Jacques. **O adolescente e o psicanalista**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

RASSIAL, Jean-Jacques. **A passagem adolescente**: da família ao laço social. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, n. 18, p. 106-131, dez. 2012.

SOUZA, Neusa Santos. **O negro visto por ele mesmo**. São Paulo: Ubu, 2022.